

**CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Acórdão: 19.557/10/1ª Rito: Sumário  
PTA/AI: 01.000163117-42  
Impugnação: 40.010126351-71  
Impugnante: Araújo e Nunes Materiais de Construções Ltda  
IE: 001013951.00-87  
Origem: DF/Governador Valadares

**EMENTA**

**OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - FALTA DE EQUIPAMENTO EMISSOR DE CUPOM FISCAL DEVIDAMENTE AUTORIZADO PELA SEF/MG. Constatada a falta de equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF devidamente autorizado pela Repartição Fiscal no estabelecimento da Autuada. Infração caracterizada nos termos do art. 96, inciso VIII da Parte Geral e arts. 4º, inciso I, 6º, inciso I e 23 do Anexo VI todos do RICMS/02. Correta a exigência da Multa Isolada capitulada no art. 54, inciso X, alínea “b” da Lei nº 6.763/75. Lançamento procedente. Decisão unânime.**

**RELATÓRIO**

A autuação versa sobre a falta de utilização, pela Autuada, de equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF, devidamente autorizado pela SEF/MG.

Exige-se Multa Isolada prevista no art. 54, inciso X, alínea "b" da Lei nº 6.763/75.

Inconformada, a Autuada apresenta, tempestivamente e por seu representante legal, Impugnação às fls. 10/11, contra a qual o Fisco se manifesta às fls. 23/25.

**DECISÃO**

Versa o presente feito sobre a constatação da falta de equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF, devidamente autorizado pela SEF/MG, no estabelecimento autuado, para acobertamento das operações ou prestações que realiza.

A matéria ora tratada é consideravelmente simples, uma vez que expresso o comando e claro o texto legal.

Veja-se.

Estabelece o RICMS/02 que:

Art. 96 - São obrigações do contribuinte do imposto, observados forma e prazos estabelecidos na legislação tributária, além de recolher o imposto e, sendo o caso, os acréscimos legais:

(...)

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

VIII - obter autorização para uso de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF);

Seu Anexo VI especifica que:

Art. 4º - É obrigatória a emissão de documento fiscal por ECF:

I - na operação de venda, à vista ou a prazo, de mercadoria ou bem promovida por estabelecimento que exercer a atividade de comércio varejista, inclusive restaurante, bar e similares;

(...)

Art. 23 - O ECF somente poderá ser utilizado após autorização expedida pela Administração Fazendária a que estiver circunscrito o contribuinte interessado.

Note-se, pois, que a infração descrita no Auto de Infração é formal e objetiva, encontrando-se caracterizada nos autos.

A Impugnante apresenta sua peça de resistência, onde confirma que a sua receita bruta, no exercício de 2007, ultrapassou o valor de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais), porém, no último período de apuração seu faturamento caiu, assustadoramente, chegando a R\$60.661,67 (sessenta mil, seiscentos sessenta e um reais e sessenta e sete centavos), o que a desobrigaria de utilizar o equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF.

O Fisco afirma não assistir razão à Impugnante, já que ela mesma declara que tem como principal atividade o comércio varejista e que sua receita bruta, no exercício de 2007, ultrapassou o limite de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais), o que a obrigaria à utilização do ECF nos termos da disposição contida no art. 6º, Anexo VI, seção II do RICMS/02, a seguir transcrito:

Art. 6º - Fica dispensado da obrigatoriedade de uso do ECF:

I - o contribuinte que estiver enquadrado como microempresa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), exceto quando mantiver no recinto de atendimento ao público equipamento que possibilite o registro ou o processamento de dados relativos a operação com mercadorias ou prestação de serviços ou a impressão de documento que se assemelhe ao Cupom Fiscal, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo e observado o disposto no art. 8º desta Parte.

Com efeito, como se pode depreender dos documentos anexados aos autos e, em especial, da defesa apresentada, a Contribuinte, na data da ação fiscal, não possuía equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF, devidamente autorizado pela Repartição Fazendária.

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Dessa forma, de todo o exposto, verifica-se que restaram caracterizadas as infringências à legislação tributária, sendo, por conseguinte, legítima a exigência constante do Auto de Infração em comento.

Com relação à aplicação do permissivo legal, nos termos do art. 53, § 3º da Lei nº 6.763/75, o benefício não pode ser aplicado ao caso presente.

Art. 53 - As multas serão calculadas tomando-se como base:

(...)

§ 3º - A multa por descumprimento de obrigação acessória pode ser reduzida ou cancelada por decisão do órgão julgador administrativo, desde que esta não seja tomada pelo voto de qualidade e que seja observado o disposto nos §§ 5º e 6º deste artigo.

§ 5º - O disposto no § 3º não se aplica aos casos:

(...)

6) de imposição da penalidade prevista na alínea "b" do inciso X do art. 54 desta lei.

Diante do exposto, ACORDA a 1ª Câmara de Julgamento do CC/MG, à unanimidade, em julgar procedente o lançamento. Participaram do julgamento, além dos signatários, as Conselheiras Maria de Lourdes Medeiros (Revisora) e Luciana Mundim de Mattos Paixão.

**Sala das Sessões, 24 de março de 2010.**

**Mauro Heleno Galvão**  
**Presidente**

**Edécio José Cançado Ferreira**  
**Relator**

EJCF/EJ